

Água será tão preciosa quanto petróleo

Escassez assusta o mundo. Apenas 2% da água disponível é doce. A Câmara deve votar esta semana projeto de lei sobre recursos hídricos

Anamaria Rossi
 Da equipe do Correio

"Com a falta de água, aparelhos recolhem os mijos saudáveis numa caixa central, onde se procede à reciclagem. Há mistura, tratamento químico intenso, filtragem, purificação, refinamento, transformação. A urina retorna branca, pura, sem cheiro, esterilizada. Dizem que dá para beber. Eu é que não vou experimentar."
 (Trecho do livro *Não Verás País Nenhum*, de Ignácio de Loyola Brandão)

Souza, o personagem-narrador da ficção de Ignácio de Loyola Brandão, vive num tempo em que a natureza, depois de milhares de sinais de alerta, chegou ao limite na sua relação com o ser humano. A água já não brota da terra — tem que ser obtida a partir da reciclagem de substâncias tão nojentas como a urina. O ar corrói os corpos huma-

nos com suas bolhas de calor.

Loyola não está muito longe de ser considerado um profeta. Mesmo que não se conheça nenhuma experiência semelhante à reciclagem de urina imaginada pelo escritor, o mundo já sabe que no próximo século, a exemplo do que acontece com o petróleo neste, a água será um dos bens mais raros e disputados do planeta.

Embora dois terços da superfície terrestre sejam cobertos de água, cerca de 98% dessa imensidão azul é salgada. Dos pouco mais de 2% de água doce, metade é de geleiras. A água doce disponível corresponde, no fim das contas, a cerca de 1% da água que banha a Terra.

Isso não seria um problema se não se tratasse de um recurso limitado, utilizado por uma população que se multiplica assustadoramente. "Há dois mil anos a disponi-

bilidade de água no planeta era a mesma de hoje, enquanto a população mundial correspondia a 3% da atual", ressalta o ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause. "Um recurso que parecia tão abundante foi negligenciado e tornou-se escasso", completa.

Somente agora, por exemplo, quatro anos depois do Rio-92, o projeto de lei instituindo a política nacional de recursos hídricos, chega ao plenário da Câmara dos Deputados para ser votado.

QUALIDADE DEGENERADA

O ciclo natural da vida humana baseia-se na reprodução. O da água, apenas na renovação. A quantidade de água não se altera e a sua qualidade é degradada pelo uso descontrolado e inconseqüente. "Em todos os lugares há problemas de contaminação, desmatamento, degradação ambiental", comenta Krause.

Mas o ministro mantém-se otimista em relação à capacidade do homem de adaptar-se às exigências da natureza. Ele não acredita que o mundo chegue à escassez total de

água: "Os profetas não vivem o suficiente para ver suas profecias confirmadas ou desmentidas. Espero que essa seja desmentida".

Os números, porém, são dramáticos. Segundo estudos feitos pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, a demanda mundial por água tem dobrado a cada 21 anos. Em um século, ela praticamente se multiplicou por dez. A partir de 1950, o consumo de água no mundo ficou três vezes maior e o consumo por habitante aumentou em quase 50%.

A previsão para o ano 2000 é de que os 6,2 bilhões de habitantes do planeta estejam utilizando 35% da água doce disponível. No início do século, o uso não comprometia nem 5%.

A idéia de que a água é um recurso limitado e um bem de valor econômico e estratégico permeia os diálogos internacionais sobre o problema pelo menos desde a reunião mundial sobre o tema ocorrida em Mar Del Plata, Argentina, em 1977. Incorporados oficialmente ao diálogo em 1992, durante a Conferência de Dublin, Inglaterra, esses princí-

pios foram ratificados na Conferência Rio-92, no Brasil, e registrados na Agenda 21 — documento síntese daquela reunião.

A disponibilidade anual mínima de água por habitante exigida para um processo normal de desenvolvimento é de 2.000 metros cúbicos (m³) — quantidade equivalente a duas caixas d'água de uma casa.

Uma oferta inferior é considerada preocupante. Com menos de 1000m³ de água disponível por habitante ao ano, uma região tem o desenvolvimento sócio-econômico e a proteção ao meio ambiente bastante comprometidos.

ÁGUA POTÁVEL

"Com uma oferta de 500m³/habitante/ano um país para e já não tem condições de assegurar as mínimas condições de saúde da população. A exceção é Israel, que vive com 400m³/habitante/ano, porque recicla toda a água que utiliza, a um custo altíssimo", explica o diretor técnico da Secretaria de Recursos Hídricos, Fernando Rodriguez.

Segundo projeções analisadas em Dublin em 1992, entre 1950 e o ano

2000 a África terá sua disponibilidade de água per capita reduzida de 20.600 para 5.100m³/ano; a América Latina, de 105.000 para 28.300m³/ano; a Ásia, de 9.600 para 3.300m³/ano; a Europa, de 5.900 para 4.100m³/ano; e a América do Norte, de 37.200 para 17.500m³/ano.

Cerca de 1 bilhão de habitantes dos países em desenvolvimento não têm acesso a água potável. O resultado são 900 milhões de casos anuais de diarreia, ocasionando a morte de 3 milhões de crianças. De acordo com números discutidos na Rio-92, as doenças relacionadas à água — ou à falta dela — são responsáveis por um terço de todas as mortes nos países em desenvolvimento.

O Brasil detém nada menos que 12% de toda a água doce do mundo, cerca de 70% dos quais concentrados na Bacia Amazônica. Mesmo estando entre as nações com maior oferta de água, algumas regiões brasileiras — como o Nordeste e até mesmo o Distrito Federal — estão abaixo do nível mínimo de água exigido para o pleno desenvolvimento.

Seca aumenta problema no DF

A seca não traz aos brasileiros apenas o mal-estar causado pela baixa umidade do ar. Traz também uma ameaça que cresce a cada ano: a falta de água. A ausência prolongada de chuvas agrava uma situação já considerada preocupante pelos organismos internacionais: menos de 2.000 metros cúbicos (m³) de água disponíveis por habitante a cada ano. No Distrito Federal, a disponibilidade é 1.750m³/habitante/ano.

"Não falta água no Distrito Federal", garante o diretor do sistema de águas da Caesb (Companhia de Água e Esgoto de Brasília), Antônio Miranda Neto. "Nossas crises de abastecimento se devem à falta de captação e distribuição", explica.

O fato de ainda não faltar água — a não ser em locais específicos onde há problema de distribuição — não significa que o DF tenha um manancial infinito.

Dois terços da água que abastece o Distrito Federal vêm da barragem do rio Descoberto. Para que a reserva não seja insuficiente para o abastecimento num prazo de cinco ou dez anos, Caesb e Sematec (Secretaria de Meio Ambiente do DF) já colocaram em andamento uma campanha pela preservação e recuperação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Descoberto. A degradação ambiental provocada pelos loteamentos que cercam a barragem pode comprometer, em curto prazo, o nível e a qualidade da água da reserva.

As cidades que mais sofrem com a falta de água hoje no DF são Sobradinho, Planaltina e São Sebastião. Para as duas primeiras, a solução definitiva do problema virá com a construção da barragem do Pipiripau, que será concluída em dois anos e meio. Para São Sebastião, o caminho pode ser a perfuração de poços semi-artesianos, uma alternativa que ainda está sendo estudada pela Caesb.

ESTRATÉGIAS

O combate ao desperdício também é uma das linhas de ação da empresa, que se utiliza de uma tarifa penalizadora para coibi-lo. "Quem usa pouco tem a tarifa subsidiada. Quem usa mais do que precisa paga um valor superior ao custo", explica.

Outro problema típico do DF é a falta de controle institucional sobre a perfuração de poços nos loteamentos, sem outorga do poder público. Os poços captam água diretamente dos lençóis freáticos e a água não tratada é usada até mesmo para consumo humano, enquanto jardins e piscinas de mansões consomem água tratada.

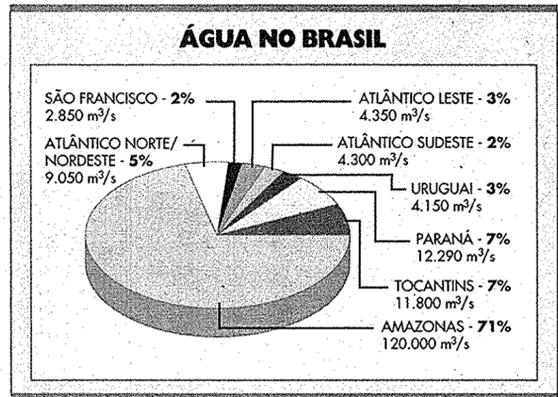
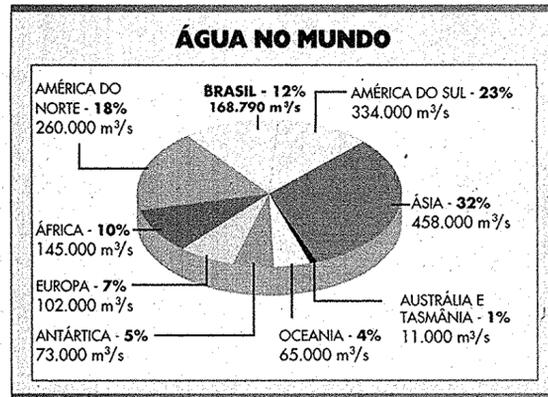
Para a diretora de Políticas Ambientais da Sematec, Leda Famer, a ocupação irregular do solo, o adensamento populacional e a pequena vazão dos recursos hídricos do DF são os principais fatores da baixa disponibilidade de água por habitante.

"Se não tomarmos medidas preventivas agora poderemos ter problemas num futuro próximo", avisa. Uma das medidas, que ela define como um "projeto estratégico" da secretaria, é o mapeamento das nascentes do DF, que está sendo feito pelo Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema) e Caesb.

"Brasília vai ter que rever todo o seu sistema de gerenciamento, desde as políticas de adensamento populacional e abastecimento de água até as de educação ambiental e proteção do meio ambiente", alerta Leda Famer.



A Barragem do Santo Antônio do Descoberto abastece o Distrito Federal, que dispõe de um volume de água por habitante menor do que o recomendado



Visão integrada é recente no mundo

Pensar a água é pensar seus mais diversos usos: consumo humano, irrigação, geração de energia elétrica, piscicultura, uso industrial, diluição de resíduos sanitários, criação de animais, transporte e recreação, entre outros. Essa visão integrada, no entanto, é uma preocupação recente no mundo — vem de duas ou três décadas, apenas.

"Uma gestão integrada dos recursos hídricos tem que compatibilizar os múltiplos usos segundo uma escala de prioridades clara", acredita o ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). "A água sempre foi tratada, no Brasil, com a prevalência de um setor sobre os outros — ora da irrigação, ora da energia elétrica", lembra o ministro.

Gustavo Krause elogia a "coragem" do presidente Fernando Henrique Cardoso de "começar a construir um novo paradigma da questão da água".

Mudança de paradigma que significa, no caso, mudança no controle da política de recursos hídricos, que até o início do ano passado estava nas mãos do Ministério das Minas e Energia (MME). "Agora", lembra Krause, "o do Meio Ambiente encabeça um sistema descentralizado de gestão da água".

PARTICIPAÇÃO

Para Vinícius Benevides, coordenador geral de Recursos Hídricos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica do MME, "numa gestão participativa e descentralizada, nenhum ministro vai dizer que é o dono da água, mesmo porque existem 12 ministérios que mantêm atividades básicas com o uso da água".

Benevides prefere o caminho da paz conceitual. "Discussões técnicas existem entre os dois ministérios, mas a visão maior é a de governo. Conceitualmente, não temos nenhuma di-

vergência com o MMA", garante. Ele lembra que "a sociedade é quem vai decidir em que proporção os usos da água serão compatibilizados".

Diretor do departamento técnico da Secretaria de Recursos Hídricos do MMA, Fernando Rodriguez acredita que, nos próximos 25 anos, as usinas hidrelétricas do rio São Francisco passarão a funcionar como usinas de ponta, gerando energia apenas nos horários de maior demanda, entre 17h e 21h.

"Não vai haver água suficiente para gerar energia o dia todo, porque a água terá que ser utilizada para abastecer centros urbanos como o Recife, por exemplo", prevê.

DEMANDA

A energia que move o Brasil beira os 60 mil megawatts instalados no país, que tem capacidade para produzir mais 200 mil megawatts. Hoje, 92% da energia elétrica brasileira é

produzida a partir da água. A energia térmica (usinas nucleares, movidas a carvão ou a derivados de petróleo) responde por 8% do total. A demanda cresce entre 3% e 4% ao ano — cerca de 2 mil megawatts.

Ainda que não consuma água, a energia elétrica demanda um volume considerável de recursos hídricos. Cerca de 90% da água armazenada no país é usada para a produção de energia. Benevides não considera isso um problema. "Os outros usos não consomem nem 10% das nossas reservas. É perfeitamente possível compatibilizá-los com a geração de energia", diz.

No entanto, ele admite que, em função do aumento da demanda por outros usos da água, a produção de energia de origem hidráulica poderá continuar a crescer no Brasil somente até os próximos 30 anos. "Depois disso, devem se acoplar outros tipos de energia", ressalta.

DOMÍNIO PÚBLICO

Em sintonia com os princípios da Agenda 21, a política nacional de recursos hídricos prevista no projeto tem como um de seus fundamentos o reconhecimento da água como um bem de domínio público, limitado e dotado de valor econômico.

E, ao contrário do que se verificou no Brasil nas últimas décadas, em que ora a irrigação ora a produção de energia elétrica nortearam o uso da água, o projeto prevê a gestão dos recursos hídricos de forma a proporcionar os mais diversos usos, com prioridade ao consumo humano em situações de escassez.

Um dos mais importantes fundamentos do projeto é a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos. Outro é considerar a bacia hidrográfica — e não o estado, o município ou o País — a unidade territorial para implementação das políticas do setor.

O projeto prevê a outorga do uso da água por um prazo máximo e renovável de 35 anos, além da cobrança por ela, com a destinação dos recursos arrecadados para a respectiva bacia hidrográfica.

COMITÊS DE BACIA

Mas a grande novidade do projeto é a criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, com a participação de representantes da União, Estados e Municípios e também dos usuários e de entidades civis. Caberá aos comitês aprovar e acompanhar a execução dos planos de recursos hídricos das bacias, definir sobre a cobrança pelo uso da água e a aplicação dos recursos.

Os comitês integrarão os municípios, estados e até países nos quais a bacia se situe e serão subordinados ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

Depois de aprovada, o governo federal terá seis meses para regulamentar a lei, que cria ainda o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

"O Brasil não pode mais fugir aos compromissos assumidos na Rio-92", diz o relator Aroldo Cedraz, lembrando que cinco estados brasileiros se anteciparam à definição da política nacional e aprovaram suas próprias leis para o setor — Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Ceará.